

Gramatologia e crítica histórica.

Prof^o Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
Universidade Estadual de Goiás/Pontifícia Universidade Católica de Goiás
E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com

Resumo

Não se pode, na superação ao positivismo historiográfico, anular os ganhos obtidos com a crítica documental. Seus recursos constituem a espinha dorsal do método investigativo em história. Por outro lado, falta ainda a ele uma teoria elaborada da escritura, uma análise de sua potencialidade enquanto campo de saber e das suas relações com a realidade temporal. A nosso ver, a Gramatologia elaborada por Jacques Derrida fornece pontos relevantes para a elaboração de um método mais rigoroso de conhecimento histórico, livre das categorias metafísicas advindas do logocentrismo ocidental.

Palavras-chave: Derrida, documento, epistemologia, desconstrução, escritura

Abstract

We may not, to overcome positivist historiography, annul the gains obtained for documental criticism. Its techniques constitute the backbone of investigative method in history. On the other hand, there isn't an elaborate theory of Scripture, an analysis of its potential as field of knowledge and its relations with temporal reality. In this article, we defend that the Grammatology elaborated by Jacques Derrida provides relevant points to development of more rigorous method in historical knowledge. The epoch of metaphysical logocentrism needs finished.

Key-words: Derrida, document, epistemology, deconstruction, scripture

*O homem como linguagem, a linguagem
no lugar do homem, será o gesto
desmistificador por excelência..*

Julia Kristeva

Para Keith Jenkins, Derrida seria um pensador "quase transcendental" (JENKINS, 1999, p. 40). Expressão enigmática. Refere-se à habilidade do pensador africano de transitar por diversas áreas partindo de seu instrumental filosófico? Aponta para o impacto gerado pela sua obra em vários campos das ciências humanas? Insinua que suas reflexões podem transcender os referidos campos e sua disciplinarização? Ou coloca-o como uma matriz importante de pensamento, capaz de gerar novos caminhos epistemológicos?

Talvez cada uma dessas suspeitas tenha seu grau de verdade, se considerarmos a admiração com que o “filósofo da desconstrução” é tratado neste livro sobre ética e história. Mas Jenkins é um historiador classificado como pós-moderno e Jacques Derrida têm sido comumente classificado dentro dessa corrente. Tratar-se-ia, então, apenas de um elogio para uma pessoa com quem o autor possui afinidades intelectuais?

O título foi colocado em um trecho onde se aborda a libertação dos povos dentro dos processos históricos. Derrida, está afirmado no texto, “acredita no ‘sim’ da emancipação” (JENKINS, 1999, p. 41). Isso, certamente, o aproximaria do ideal iluminista, ou seja, da progressiva afirmação da razão e da liberdade, conforme definira Kant (1991). Entretanto, o próprio Jenkins escreveu no início do livro que o projeto libertário do iluminismo “falhou por si mesmo” (JENKINS, 1999, p. 4). Uma contradição?

Como se sabe, foi Kant que colocou a questão da transcendentalidade como algo epistemologicamente central. Ele fez da possibilidade humana de transcender a experiência uma condição do conhecimento. Supõe, para isso, um “lugar transcendental” a ser ocupado pelo ser humano cognoscente (KANT, 1976, p. 30). Derrida não discorda da temática ou da questão da possibilidade do conhecer. Pretende, ao invés, retomá-la radicalmente, em todo seu potencial de criticidade, interrogando “sua historicidade original”. Ele considera que tal questionamento, por sinal, “é a única força que resiste ao empirismo e ao relativismo” (2004, p.282).

Daí a importante referência ao “quase”. A historicidade que contextualiza é a mesma que reconhece o caráter indelimitável de qualquer contexto. A transcendentalidade do sujeito do saber é impossível, mas é a forma que possibilita os juízos acerca da realidade do mundo. Sendo “quase transcendental”, ele fica preso aos limites do universal e do específico, do geral e do particular, da teoria e da prática, do racional e do sensível, do passado e do futuro. Questões que norteiam, destarte, o raciocínio histórico em seu sentido amplo. Talvez por isso, um teórico da história como Georgy Iggers, eminente defensor dos caminhos do iluminismo¹, considere que as idéias de Derrida devam ser “seriamente levadas em

¹ Ele conclui seu livro sobre a historiografia no século XX afirmando: “A alternativa para um, ainda que modesto, iluminismo é o barbarismo” (IGGERS, 1997, p. 147).

consideração, tanto em suas aplicações ao pensamento histórico quanto à sua escrita" (IGGERS, 1997, p. 132).

Tal é o propósito deste artigo. A epistemologia histórica atual reconhece a centralidade escritural de nosso saber, ou seja, que a investigação parte de textos e tem por meta construir novos textos¹. Falta-nos, contudo, uma teoria da escritura mais elaborada. Ela poderia vir da Gramatologia, como fora articulada pelo famoso pensador argelino?

1. O peso da letra.

Foi em 1967 que Jacques Derrida lançou duas importantes obras, abalando as bases do estruturalismo predominante nas ciências humanas francesas. A primeira era uma coletânea de artigos e palestras, reunidas sob o título *Escritura e Diferença* (1971) ². A segunda, uma reflexão sistemática acerca de uma possível nova ciência do escrito, a *Gramatologia* (1973), que coloca a letra (*gramma* em grego) em sua concretude no centro da investigação. Em ambas, uma crítica radical da metafísica que perpassava o pensamento ocidental e científico, ao menos, desde Platão.

Ora, se a metafísica deveria ser superada, era porque, dentre outros motivos, ela não podia dar conta da vida sócio-histórica, da vida humana captada em sua dinamicidade. *Escritura e Diferença* já inicia projetando uma história imaginada da imaginação estruturalista. Quanto à Gramatologia, Derrida afirmou alguns anos depois da publicação que era "um livro de história, completamente" (DERRIDA, 1992, p. 54). A historicidade está, portanto, no veio do pensamento derridiano.

Mas ele igualmente teceu, diversas vezes, críticas ao conceito de História pela enorme carga metafísica que possuía. No ocidente, o termo incorporou uma espécie de "significado transcendental", adequou-se plenamente ao idealismo, à vontade de verdade abstrata e de natureza onto-teológica.

¹ Esse é o ponto chave da obra de Alun Munslow intitulada *Desconstruindo a história* (2008). O título pode enganar, pois suas concepções se afastam das de Derrida e o conceito de desconstrução não é o formulado pelo pensador argelino.

² Lembramos que essa edição brasileira eliminou três artigos do livro original e transformou a conclusão da obra – *Elipse* – em um capítulo.

Será que a história poderia ter atingido tal “transcendentalidade”? Ela não constitui, desde Heródoto, o reino do imanente, do puramente humano, do privilégio empírico? A própria utilização do termo no singular, atravessando as eras, povos e continentes talvez indique que a crítica de Derrida tem algum fundamento. Uma consequência da cientificidade que o conhecimento histórico buscou atingir durante sua academização.

Não é que a universalidade da História tenha relação direta com as disciplinas universitárias. Muito menos que a discussão proposta vise atacar o método historicista, positivista ou qualquer outro. A questão está na forma de conhecer que perpassa a ambos. A universalidade e a universidade possuem raízes no logocentrismo, ainda predominante no regime de verdade em que operam.

A Gramatologia, em certo sentido, tenta superar tal logocentrismo. O termo surge, destarte, logo na primeira página da obra, indicando a “metafísica da escritura fonética” que disfarça o etnocentrismo europeu imposto ao resto do planeta e sustentadora de sua ordem (DERRIDA, 1973, p. 3). Simples elementos fonéticos, envolvidos pela metafísica ou não, teriam consequências tão graves? Desconfiaremos da assertiva se não a relacionarmos com epistemologia científica construída secularmente e que espalhou o “imperialismo do *logos*”.

Sim, no princípio era o *logos*, como afirma o Evangelho (João 1: 18). O *logos* como essência e sustentabilidade de todas as coisas; que deveria ser apreendido convenientemente se a *episteme* realmente se afastasse da *doxa* ou da *gnose*. Idéia perfeita e imutável diante da instabilidade do mundo, ali se localizaria o ser. Então, o logocentrismo refere-se a essa busca incessante, que supõe a proximidade entre voz e fenômeno, entre palavra e acontecimento, entre pensamento e realidade¹. A presença percebida levaria ao ser, se a mente fosse além do que se apresenta...

Ou representa. Tudo isso implicando a capacidade humana para uma metafísica impossível. A ruptura com o logocentrismo visa um novo materialismo, mais que nunca, necessário (DERRIDA, 1972a, p. 89). A presença da metafísica traz a metafísica da presença para a idealidade extra-somática, extra-linguística, extra-

¹ Na história da linguagem, os gregos afastaram a linguagem da realidade e, ao mesmo tempo, conferiram todo esse poder à palavra (*Logos*). Acabaram considerando a linguagem um instrumento para pensar o real, nem o próprio pensamento nem a própria realidade. Cf. Kristeva (KRISTEVA, 1974, p. 155).

histórica, extra-mental. A origem não pode ser atingida, já que inexistente esse princípio a-histórico do ser (DERRIDA, 1973, p. 92).

A Gramatologia explora, assim, uma nova topologia traçada pela linha da letra. Nesse jogo entre exterior (a coisa) e interior (a coisalidade da coisa) ninguém vence. Não porque a força de ambos seja semelhante, mas porque inexistente a própria força. Não há espaço para que ela surja. Conforme o aforismo de Derrida, tão repetido em textos que o criticam, “não há fora de texto” (*hors-texte*; DERRIDA, 1973, p. 194).

A assertiva, desta forma isolada, pode surpreender. Ela costuma ser considerada como um relativismo absoluto, a negação de qualquer realidade “externa”. Portanto, esclarecemos logo que se ela estivesse na negativa seria tão verdadeira quanto. A questão colocada é que se “lê” uma realidade a partir da cultura, da bagagem conceitual, de “textos” que remetem-se uns aos outros. Então, a realidade remete a textos e textos à realidade. O problema é separar os dois, considerá-los essencialmente, “logocentricamente”. O filósofo argelino combate em suas obras exatamente as absolutizações, e seria descabido o estabelecimento de algo dessa ordem. Não há dentro e fora absolutos, sendo a subjetividade e a objetividade enquadradas como funcionando dentro de um espaço topológico.

Nesse sentido, não há pensamento fora da linguagem e a escritura é que fornece a base tanto da reflexão quanto da ação. Aí está a novidade, se é que ela existe, da proposta derridiana. O predomínio do paradigma fonológico - o fonocentrismo - contaminou o pensamento ocidental. Nessa ótica, a palavra dita descreve o mundo, tanto objetivo quanto subjetivo, de forma direta. Mas é a escritura que fornece o distanciamento necessário até para que a objetividade e a subjetividade sejam modeladas.

O espaço da escritura foi desprezado, anulado, recalçado. É exatamente como recalque que o elemento gráfico, visível mais que escutado, ressurgiu indefinidamente. O peso da letra impossibilita a edificação de um “significado transcendental”, considera Derrida (DERRIDA, 1973, p. 61). Ela é pura positividade.

2. A descoberta do dado.

Assim, o pensador argelino está longe de ser um “pós-moderno”, um relativista ou alguém que simplesmente nega a realidade objetiva. Numa parte importante da obra, na qual o diálogo com a história é constante, ele defende “a Gramatologia como uma ciência positiva”. Na leitura de Veyne, o filósofo Michel Foucault seria “o primeiro historiador a ser completamente positivista” (VEYNE, 1982, p. 151). Derrida trilharia um caminho semelhante?

A positividade citada refere-se à objetividade pura. Isso se daria na obra de Foucault através da noção de prática. Todos os objetos na história são criados por práticas e “ele se esforça(va) para ver a prática tal qual é realmente” (VEYNE, 1982, p. 160). Mas como seria possível “ver” o fazer humano no passado senão através dos vestígios e textos deixados? Na crítica radical das “origens” ou dos temas naturalizados e eternalizados, talvez, os dois pensadores se aproximassem, mas na ótica derridiana veríamos apenas sinais e letras; nada mais que isso. Não se poderia fazer “uma história da loucura nela mesma”, ou de qualquer outro tema em si, pois isso está além das possibilidades da escritura, afirma Derrida (DERRIDA, 1979, p. 68)¹.

É necessária para o conhecimento histórico, então, uma reflexão cuidadosa sobre o que consiste a escritura, sua construção, função, finalidade, estatuto, originalidade. Sim, porque toda letra traz marcas pessoais e sociais. E como interpretar um documento sem tais dimensões?

Tal investigação, a nosso ver, ainda está em seus primeiros passos. Afinal, a tarefa histórica de *desconstruir* a metafísica temporalizando todos os temas da vida humana não é nada fácil. Além disso, o campo da história caiu nas malhas da abstração simbólica, na busca pela origem² e pelo significado teleológico do seres. Por isso, a historiografia ficou “associada sempre a um esquema linear do desenrolamento da presença” (DERRIDA, 1973, p. 106).

Mas trata-se da presença de que? De um tempo que não retorna mais? Do que se consolida presentemente? Ou, como nas metanarrativas civilizatórias, do que se projeta para um futuro próximo? Essas questões, claro, estão presas no

¹ Esse é um dos capítulos, intitulado *Cogito e história da loucura*, que fora retirado da tradução brasileira já citada. É fruto de uma conferência de 1963, na qual Michel Foucault estava presente. Ele levou muitos anos sem responder as críticas feitas por seu ex-aluno (DOSSE, 1994, p. 40).

² Alerta o autor da Gramatologia que essa busca é guiada pela essência a-histórica, não sendo uma questão da historiografia (DERRIDA, 1973, p. 92).

quadro do pensamento linear-contínuo negado pela própria natureza da escritura. Ela não possui, afirma o pensador, nem passado, nem presente, nem futuro (DERRIDA, 1972b). A ruptura com a linearidade é fundamental na Gramatologia:

... a escritura soletra seus símbolos na pluri-dimensionalidade: o sentido não é submetido à sucetividade, à ordem do tempo lógico ou a temporalidade irreversível do som. Essa pluri-dimensionalidade não paralisa a história na simultaneidade, ela corresponde a uma outra camada da experiência histórica e pode-se também considerar, pelo inverso, o pensamento linear como uma redução da história (DERRIDA, 1973, p. 107).

A escritura se apresenta no presente e, curiosamente, suas linhas constituem sistemas não-lineares de significação. O tempo multifolheado das sociedades, uma conquista teórica ao menos desde Braudel (1972), remete a esse caráter multidimensional do texto. Vemos que a crítica documental, essa herança tão importante dos historiadores positivistas, alicerçada na visão gramatológica, pode conduzir o conhecimento histórico a uma visão muito mais ampla dos processos que estuda.

Não só isso. Há uma leitura sistêmica implicada. Cada texto pode ser visto como um sistema cibernético, onde uma linha alimenta a outra, interage, modifica, direciona, reduz, acrescenta, conclui, reinicia:

- a) as letras são significantes sem significado em si, operando através da coesão e da distinção. Nessas somas e diferenças, a tradição convencionada sua utilização, ao mesmo tempo, que sua utilização convencionada tradições;
- b) O significado não está nelas, ocupando principalmente os espaços vazios. A distancia – temporal, geográfica, cultural, - não é superada pela escritura, está em sua raiz. Não haveria escritura se não houvesse tal espaçamento (DERRIDA, 1973, p. 48). A leitura ao *pé-da-letra*, portanto, não é de toda ineficaz, se considerarmos quão a sério se deve levar o que está escrito;
- c) Um controle mútuo se dá nas relações constituintes da significação. Nesse ponto Saussure está correto, sendo a diferença entre signos, sílabas e letras a formadora do significado (SAUSSURE, 1969, p. 126). Para Derrida, entretanto, essa

diferença não é ontológica, não é um “fundamento”, porque não há origem identificável. Há só uma rede de relações e de *diferensas*¹ (DERRIDA, 1973, p. 32);

- d) Outra distinção ocorre porque, na concepção derridiana, o significado também faz parte do jogo entre os significantes. A linguagem opera através deste jogo, dessas relações onde o sentido é mais um *suplemento*. Na decifração, portanto, a referência fica suspensa. Ela está muito mais apegada às contingências históricas que a algo interno que se pode descobrir, a saber, uma essência, *logos* ou o ser (1973, p.13);
- e) Então, discordando frontalmente de Saussure (1969, p.80), não há paralelismo entre significante e significado, entre imagem acústica e conceito. Tudo está intrincado na escritura pois não existe fora do texto. Questiona-se, assim, a idéia de “sentido próprio”, a relação íntima que o texto parece manter com a presença e seu aspecto prescritivo (DERRIDA, 1973, p. 21-22);
- f) Aí está o grande problema da linguagem, e do conceito de linguagem no ocidente: a metafísica que tenta de-terminar sua infinitude, limitar seu campo de atuação (DERRIDA, 1973, p. 9). Isso não seria uma tentativa de dar um fim à própria história? De humanamente atingir dimensões transcendentais?;
- g) Por isso o ponto final é também o começo de uma nova frase. Não se pára de pensar, não se pára de escrever (história, inclusive). Não se eleva, como pode parecer, a Escritura à um estatuo ôntico (DERRIDA, 1973, p. 25). Pelo contrário, a Gramatologia, como crítica da crítica, visa apontar tal ilusão. Não há começo puro, também não há fim. A vida prossegue com seus híbridos de ponto-e-vírgula (;)...

¹ Com essa palavra, escrita de maneira “diferente”, mas de modo a manter idêntica sonoridade, Derrida formula um “conceito econômico designando a produção do diferir, no duplo sentido desse termo” (DERRIDA, 1973, p. 29). O dito e o escrito, portanto, possuem naturezas distintas. As traduções no Brasil seguiram as de Portugal preferindo traduzir por diferença, o que não mantém o jogo homofônico do francês *différance*. O conceito, como se sabe, tornou-se uma das principais características do pensamento derridiano.

As palavras e as coisas não estão tão distintas nessa concepção. Elas transformam-se mutuamente, intercambiam suas funções, intedeterminam-se de tal maneira que não há base sólida de onde se poderia estudar suas relações. Existe a coisa-do-texto, a corporiedade da letra em sua inadequação para o registro das experiências. A experiência histórica somente emerge, se é que emerge, rasurada sob a força das linhas. Torna-se urgente repensar a noção que temos de empírico¹.

3. Um novo empirismo.

Isso porque o movimento do olho não é o mesmo que o da mão. O saber histórico costuma esquecer este fato. Herança dos gregos, para quem historiar era ser capaz de enxergar?² É curioso que a investigação de Heródoto e de Tucídides estivesse mais baseada no ouvir. Há uma confusão entre ler, escutar, ver e saber ainda retomada por métodos como a análise do discurso. O dito, afinal, esvai nos ares, permanecendo o que pode ser transformado em texto³. O logocentrismo permanece anulando as diferenças e o trabalho da *diferença*.

A potencialidade da escritura de transcender ao emissor e ao receptor, ao lugar e ao tempo foi utilizada na construção da disciplina histórica. Contudo, a teoria da linguagem sempre privilegiou a fala. Poderíamos também ter escrito o falo, pois o falocentrismo⁴ vem sustentando as estruturas político-sociais há séculos. A Gramatologia, obviamente, por tratar desse poderoso instrumento de dominação, não pode ser indiferente à crítica política. O debate acerca do método

¹ O parágrafo da Gramatologia onde ele toca nesse assunto é denso e importante para a reflexão histórica: "Quanto ao conceito de experiência, ele é aqui muito embaraçador. Como todas as noções que nos servimos aqui, ele pertence à história da metafísica e nos só o podemos utilizar sob rasura. "Experiência" sempre designou uma relação com a presença, tenha esta relação a forma de consciência ou não. Devemos, todavia, segundo este tipo de contorção e contenção ao qual o discurso é aqui submetido, esgotar as fontes do conceito de experiência, com o fim de atingir, pela *desconstrução*, seu último fundo. É a única condição de escapar simultaneamente ao empirismo e às críticas ingênuas da experiência" (DERRIDA, 1973, p. 74). Nesse sentido caminha a abordagem de Joan Scott (1998).

² Conforme Hartog, *histor* procede etimologicamente do verbo ver e *oida*, saber (HARTOG, 2001, p. 51).

³ O que inclui os mecanismos do registro mnemônico. As relações entre o estatuto da escritura e da memória são uma pauta importante de pesquisa, que não é o caso de desenvolver aqui. Talvez se pense na relação óbvia da escrita como um *tipo* de memória, mas podemos ir além, considerando a memória como um tipo de *inscrição* da experiência.

⁴ Não encontramos esse termo derridiano na Gramatologia, mas tem-se interessantes relações entre a escrita e a masturbação através da análise das *Confissões* de Rousseau (DERRIDA, 1973, p. 204 seq.).

histórico, ontem e hoje, costuma esquecer que a possibilidade de significação e a de libertação estão imbricadas.

Então, a vontade de romper com a metafísica da presença não leva necessariamente à multiplicação dos significados. Derrida afirma exatamente o inverso: o logocentrismo é que traz a “inflação do significado” (DERRIDA, 1973, p. 60). Não se está propondo o relativismo absoluto. Talvez, até, a proposta relativista sirva muito às elites. Cabe à posição crítica realizar a *desconstrução* que traz “a descoberta positiva” (DERRIDA, 1973, p. 103). Numa entrevista posterior à obra, ele afirma, inclusive, ser a Gramatologia uma “ferramenta para sair o empirismo pré-científico” (DERRIDA, 1972, p. 48).

Podemos concluir que poderia, igualmente, ajudar a historiografia a deixar o modo ingênuo como costuma tratar os documentos. Lê-se como se fosse possível reduplicar o conteúdo do que está sendo descrito. Diante disso, é preciso afirmar o aspecto mortuário da escrita. A significação demarca uma ausência ou, nos termos do autor, “todo grafema é por essência testamentário. E a ausência original do sujeito da escritura é também a da coisa ou do referente” (DERRIDA, 1973, p. 84).

Os historiadores deveriam saber, pelo cotidiano de seu trabalho, que a escritura existe independente de quem a produziu e para quê. Eles estão ausentes, até porque o papel não suporta sua presença¹. Se, como já afirmamos, a descontinuidade é necessária para o surgimento da significação, pode-se concluir que tanto o emissor como o conteúdo visado somente existem na forma de significantes. O mesmo vale para o destinatário, impossível de ser determinado, apesar de imaginado (do que a pesquisa histórica sempre se aproveita).

Engana-se, assim, quem pensa que os três pólos da comunicação são *insignificantes*. Criticar a presentificação é, inclusive, colocá-los dentro das operações interpretativas, inseridos na temporalidade da linguagem. Ela desenvolve-se no tempo-espaco e no espaco-tempo escritural. Há demoras, há antecipações, pois a história da escritura está profundamente relacionada à história do desejo. Desejo de tornar presente, nascido de uma perda (DERRIDA, 1973, p. 199).

¹ Nem as *páginas* eletrônicas visualizadas na Internet.

Os desejos inconfessados da leitura historiográfica geram disfarces ardilosos. “Reconhecer a escritura na fala, isto é, a *diferença* e a ausência da fala, é começar a pensar o engodo” (DERRIDA, 1973, p. 171). Mas será que os livros e revistas de história não ganham com isso? Sim, a economia da presentificação confere lucros a muitos. Destarte, o desafio da desconstrução da metafísica é bastante difícil, mas demasiadamente necessário.

A morte, afinal, constitui-se na vida. Ela “não é nem um presente por vir, nem um presente passado, trabalha o dentro da fala como o seu rastro, sua reserva, sua *diferença* interior e exterior” (DERRIDA, 1973, p. 385). Como *rastros*¹ estão, semelhantemente, o sujeito, a referência e o destinatário dentro da escritura.

Rastros não pertencem exatamente ao esquema em que vínhamos operando, o da ausência-presença. A vida não cabe nessas categorias (nem a morte). O rastro indica uma ausência sem sê-lo; muito menos é uma presença. Por outro lado, ele é extremamente ativo em seu *vir-a-ser*. Localiza-se no movimento de tornar-se significante, sem ser, entretanto, localizável. Na verdade, nenhuma ontologia pode captá-lo (DERRIDA, 1973, p. 80), nem descrevê-lo, nem inscrevê-lo.

Na teoria da escritura derridiana, essa noção é central. Escreve seu autor que “a operação e o movimento ativo da desmotivação do rastro é (o) tema da gramatologia (DERRIDA, 1973, p. 62). Por que desmotivado? Porque não simboliza nada; não está sob controle; não é uma opção assumida. Lembra o caráter arbitrário dos signos em Saussure (SAUSSURE, 1969, p. 81), no sentido de demonstrar que não possui relação direta com a realidade envolvente². A escritura, literalmente, só apresenta traços.

Estes traços ou rastros podem até ser considerados como pontes com a exterioridade escrituraria (DERRIDA, 1973, p. 57), mas de que modo poderíamos vê-la se está fora do texto? A escritura é a própria realidade, sendo simultaneamente um registro do seu desaparecimento. Toda linguagem, na concepção de Jacques Derrida, provém desse “desaparecimento da presença natural” (DERRIDA, 1973, p. 195). O desaparecer não pertence ao ser, mantendo-se

¹ Na obra francesa, a palavra é *trace*. Ao traduzir por rastro, a edição brasileira conferiu certa condição ontológica ao termo, o que é negado na argumentação do autor. Além disso, traço relaciona-se melhor com o aspecto gráfico da escritura. Respeitando a publicação de maior acesso aos nossos leitores, consideramos relevante fazer a ressalva.

² Por outro lado, lembra Derrida que a noção de arbitrário na obra do “pai da lingüística” opõe-se às relações naturais, o que cai nas oposições metafísicas a serem superadas (DERRIDA, 1973, p.63).

enquanto negado. A escritura na sua radical historicidade deseja, e somente isso, vencer o tempo.

O novo empirismo - epistemologicamente formalizável? - considera o invisível, a morte, a distância, o engodo, a falta; enfim, a *diferença* que viabiliza a alteridade. Ele/ela podem estar no texto, como podem estar em qualquer lugar. Conforme o filósofo argelino, o empírico está mais para uma "aventura" (DERRIDA, 1973, p. 198) nessa tarefa cotidiana de decifrar o outro que nos constitui.

O conhecimento histórico está imbuído de uma atitude ética, mas para exercê-la melhor precisa identificar as práticas falocêntricas que ainda o formam. Será possível exorbitar a esfera da metafísica? O que fazer com toda a tradição greco-científica que mantêm a sociedade e a universidade? Isso implica na discussão sobre as conseqüências da historiografia ser considerada uma ciência. A maioria dos autores que defende tal posição, nos parece, está mais preocupada com o possível "realismo" da investigação do que com as implicações sociais que acarreta¹.

4. Mais uma logia?

A gramatologia inclui uma referencia ao *logos* em seu nome. Sinal de que Derrida não conseguiu fugir do logocentrismo? Óbvio que ele percebe a contradição, e de modo nenhum quer jogar tudo o que veio antes fora. Isto seria uma compreensão bastante equivocada do que vem a ser a desconstrução.

Até porque, na ótica derridiana, a desconstrução é mais um acontecimento que uma idéia. Está mais para uma noção que tende para o aconceitual, para uma "definição" que não define porque nega o "é". Não se trata, portanto, de formular novos conceitos, reunidos sob o título de gramatologia ou qualquer outro, mas de questionar a própria ordem conceitual, sua importância, constituição, funções, recalques e disfarces. Assim, a *logia* formulada na obra não pretende funcionar como uma nova teoria geral, nem subsidiar as ciências humanas. Indica apenas alguns pontos relevantes na tentativa de quebra da

¹ Curioso que um historiador crítico como Ciro Flamarion Cardoso não perceba o potencial das idéias derridianas para a ciência histórica, colocando-o apenas como um relativista inconseqüente (FLAMARION, 2005, p. 64, 79 e 86).

metafísica que atravança nossas pesquisas. Esse processo mal deu seus primeiros passos.

A análise da escritura realizada por Derrida está dentro do campo científico. Ele até defendeu ser a Gramatologia, como vimos, uma “ciência positiva”. É de dentro, portanto, que a crítica é feita. Não há pensamento extra-linguístico e ao tomar a linguagem por tema recai-se sempre nessa contradição. Isso impediria de tentar pensá-la? As aporias devem mesmo estar excluídas da investigação?

Jacques Derrida quer justamente explorar as aporias, não enxergando-as como uma negatividade ou um defeito do pensar. A crítica ao logocentrismo, assim, utiliza as armas fornecidas pelo *logos*. O lugar de fora – uma posição extra-histórica só possível a Deus (DERRIDA, 1973, p. 305) - permanece enquanto utopia em que se mira.

Desta forma, a aporia atinge também os historiadores, inseridos na história que tentam objetivar durante a análise. Curioso que Derrida, comentando a importância da aporia, lembrou de Aristóteles tratando do tempo: algo que não é uma entidade, nem deixa de sê-lo (DERRIDA, 1973, p. 14). O saber que estuda a temporalidade não deveria também utilizar sua força para combater a metafísica da presentificação?

Não é que ela seja um mal em si. A escritura também não é, mesmo que não possa ser propriamente verdadeira (DERRIDA, 1973, p. 356). Por isso, uma nova teoria sobre ela – no sentido etimológico de olhar cuidadosamente – é necessária para melhor (d)escrever o tempo.

Referências Bibliográficas.

BRAUDEL, Fernand. *A Longa duração*. In: Escritos sobre História. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CARDOSO, Ciro F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria B. N. e Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DERRIDA, Jacques. *Positions*. Paris: Editions de Minuit, 1972a.

DERRIDA, Jacques. *Dissémination*. Paris: Editions Du Seuil, 1972b.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. *L'Écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

DERRIDA, Jacques. *Acts of literature* (ed. Derek Attridge). New York: Routledge, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rodrigo Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação liberdade, 2004.

DOSSE, François. *História do estruturalismo 2: O canto do cisne*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

HARTOG, François (ed.). *A história de Homero a santo Agostinho*. Trad. Jacynto Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

IGGERS, Georgy G. *Historiography in the twentieth century*. London: Wesleyan University Press, 1997.

JENKINS, Keith. *Why history? Ethics and postmodernity*. New York: Routledge, 1999.

KANT, Emmanuel. *Crítica de la razón pura* (2º vol). Trad. José Del Perojo. Buenos Aires: Editora Lozda, 1976.

KANT, Emmanuel. *Political writings* (ed.Hans Reiss). New York: Cambridge press, 1991, pp.54-60.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1974.

LUCY, Niall. *A Derrida dictionary*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCOTT, Joan. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, 16, 1998, pp.297-325.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1982.